



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

## **EVASÃO E FRACASSO ESCOLAR: O FIASCO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DE SURDOS**

AMORIM, Gildete da Silva\*  
MEDEIROS, Gabrielle Freitas de\*\*  
SAMPAIO, Nathalia Pereira\*\*\*  
SILVA, Carla Fagundes\*\*\*\*

**RESUMO:** O artigo que segue aborda o tema de evasão e fracasso escolar dos alunos surdos no ensino regular, discutindo as garantias trazidas por leis que não se realizam com eficiência no ambiente escolar. Aborda-se a violência simbólica apoiado na perspectiva do sociólogo Pierre Bourdieu, elucidando esse conceito no contexto escolar. Mostrando o reflexo que as políticas públicas brasileiras ineficientes acarretam na educação de boa qualidade para os surdos.

**Palavras-chave:** evasão escolar, fracasso escolar, educação de surdos, violência simbólica.

**Abstract:** The following article deals with the topic of school dropout and failure of deaf students in regular education, discussing the guarantees brought by laws that are not efficiently carried out in the school environment. It addresses the symbolic violence supported by the perspective of the sociologist Pierre Bourdieu, elucidating this concept in the school context. Showing the reflection that inefficient Brazilian public policies result in good quality education for the deaf.

\* Docente de Libras da UFF. E-mail: gildeteamorin@yahoo.com.br

\*\* Graduanda em Pedagogia pela UFF. E-mail: fmgabrielle52@gmail.com

\*\*\* Graduanda em Pedagogia pela UFF. E-mail: npsampaio@outlook.com

\*\*\*\* Graduanda em Pedagogia pela UFF. E-mail: fagundes\_carla@hotmail.com



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

**Key-words:** School dropout, school failure, deaf education, symbolic violence.

## 1. INTRODUÇÃO

*E umas das coisas que aprendi é que se deve viver apesar de. Apesar de, se deve comer. Apesar de, se deve amar. Apesar de, se deve morrer. Inclusive muitas vezes é o próprio apesar de que nos empurra para frente. Foi o apesar de que me deu uma angústia que insatisfeita foi criadora de minha própria vida*

*Clarice Lispector<sup>1</sup>*

Apesar de toda situação política atual que estamos vivendo em nosso país, que esmaga e massacra a educação cada vez mais, moldando projetos educacionais em larga escala dentro de um pacote curricular sustentado por uma base nacional comum. Apesar de sabermos que a educação de surdos não está nem um pouco próxima de ser a educação que esperamos e que pensamos necessária. Apesar de o olhar clínico que reabilita crianças surdas para a sociedade. Apesar de ter mais de dez anos que a Lei 10.436/02 foi regulamentada pelo Decreto 5.626/05, continua a luta para discussões sobre a necessidade de respeitar a singularidade da linguística da comunidade surda e de desenvolver novas práticas de ensino que se mostrem interessadas em atravessar barreiras criadas ao longo dos anos com a educação dos alunos surdos e proporcionar aos mesmos uma educação de boa qualidade.

Entendendo que a Lei 10.436 é uma lei recente, que foi reconhecida oficialmente em abril de 2002, percebe-se que por muitos anos o país fechou os olhos para a grande comunidade de surdos que temos no Brasil, ignorando suas necessidades e desrespeitando a sua cultura e os seus direitos como cidadãos brasileiros. Segundo dados do IBGE (2010), existem 45 milhões de pessoas com deficiência na população

---

<sup>1</sup> Uma Aprendizagem ou o Livro dos Prazeres. Rio de Janeiro. 1998.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

brasileira, sendo visual, motora, auditiva e intelectual. Dessas 45 milhões de pessoas, por volta de 3 milhões têm algum grau de deficiência auditiva – o que incluiu os surdos.

A maioria dessas pessoas não tiveram acesso à escola ou se evadiram antes do Ensino Médio, apesar dos números terem crescido significativamente (150%) em relação a 1998. Segundo o MEC (2013), em torno de 59 mil crianças estão matriculadas na Educação Infantil, 614 mil no Ensino Fundamental e apenas 48 mil no Ensino Médio. Isso mostra que apesar dos deficientes terem ganho direitos assegurados pela lei, isso ainda não é completamente efetivo e continua excluindo essas diversas pessoas do sistema de ensino por não haver, principalmente, recursos para ensina-los.

Então, apesar de não termos alcançado muitas evoluções ao que se pensa sobre a educação de surdos, é a angústia de ainda não termos chegado lá que nos mobiliza e nos coloca para frente a fim de garantir à comunidade surda todo o acesso e inclusão não só no processo educacional como na sociedade como um todo.

## **2. CONTEXTO HISTÓRICO**

A comunidade surda nem sempre foi reconhecida e considerada<sup>2</sup> como é hoje em dia. A Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS) nem sempre foi aceita como língua oficial da comunidade surda e nem sempre foi aceita como primeira língua dos surdos. Por muitos anos, a visão clínica sobre a surdez se sobrepôs ao respeito com os surdos, a sua comunidade e a sua cultura, indicando que por conta da sua *deficiência auditiva* eles

---

<sup>2</sup>Refiro-me ao reconhecimento da comunidade surda como pertencente a uma minoria linguística, muito embora todos reconheçam o fato dessa comunidade possuir uma grande quantidade de indivíduos não apenas no Brasil, como no resto do mundo. Dessa forma, apesar das dificuldades enfrentadas ainda hoje por ela, tais como o preconceito e a falta de apoio governamental, significativos progressos para a sua inclusão social já foram alcançados.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

deveriam ser reabilitados de todas as maneiras que fossem possíveis para a medicina apenas para serem incluídos na sociedade idealizada dos ouvintes.

Por anos os ouvintes tentaram impor o oralismo aos surdos, desconsiderando a sua identidade e cultura, fazendo com que se sentissem excluídos, que não fossem pessoas normais e que não fizessem parte da nossa sociedade por conta disso. A palavra deficiência passa a ideia de falta, de carência, de perda de valor e, por isso, ela não atrai à nós, autoras deste texto. Enquanto a ideia da surdez for tratada como carência de algo, como algo que você deve consertar a qualquer custo, o direito da comunidade surda continua sendo massacrado. Essas pessoas não devem ser vistas como pessoas que estão em reabilitação porque são deficientes, não devem ser forçadas à idas ao fonoaudiólogo para empurra-lhes o oralismo *goela abaixo*.

“Em toda a história da humanidade os estereótipos que se referem ao povo surdo demonstram o domínio do ouvintismo, relativo a qualquer situação relacionada à vida social e educacional dos sujeitos surdos. Embora não sejam poucos estes registros de dominação, frente ao povo surdo, vemos que historicamente o povo ouvinte sempre decidiu como seria a educação de surdos” (STROBEL, 2006, p. 247).

A Declaração de Salamanca (1994) vem para garantir aos alunos surdos o direito à educação em sua língua nacional que é a Língua Brasileira de Sinais, aceitando e respeitando a sua singularidade. Defende que deve haver classes especiais para esses alunos que devem ser providas de equipamentos necessários para a educação de surdos (assim também para os cegos). E no sentido de respeitar para além de sua pluralidade, considerando também a sua singularidade, a declaração defende essas classes especiais dentro de escolas regulares, para que haja a interação com toda a sociedade, mas proporcionando uma educação em sua primeira língua e de boa qualidade.

Mais tarde, a Lei de Diretrizes e Bases (1996) cria uma visão utópica de inclusão quando dedica todo um capítulo para a Educação Especial que traz diversas garantias



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

para a educação desse público que não é efetivada dentro das escolas de ensino regular. Como, por exemplo, o direito ao intérprete, assegurando currículos e métodos diferenciados de ensino voltados completamente para esse público, professores especializados, integração na vida em sociedade, etc. Ou seja, direitos esses que sabemos que não acontecem de fato dentro da escola, levando cada vez mais ao público que necessita dessas garantias a evadir e permanecer na condição de marginalizado na sociedade.

Soma-se isso ao caráter da educação inclusiva para surdos, garantida pelo Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005, uma educação bilíngue em que os surdos teriam a língua de sinais – LIBRAS – como primeira língua e a língua portuguesa como segunda, possibilitando o desenvolvimento da sua linguagem e a compreensão do mundo, já que depende da língua para aprofundar seus aprendizados.

### **3. INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS**

A educação inclusiva já está ocorrendo nas escolas regulares do Brasil, como pode ser observado pelas leis acima. Porém, deve ser questionado como as crianças surdas irão desenvolver sua identidade, língua e uma vida comunitária em pares se a proposta de inclusão as retira do convívio com outros surdos? Como irão debater coletivamente se os outros sujeitos da sua sala não se comunicam com ela? Qual será a qualidade da sua formação com esse isolamento? Alguns autores afirmam que a prática e o discurso da inclusão transformam-se numa inclusão excludente.

“Através dos documentos oficiais, o discurso da escola inclusiva parece operar, pelo menos em dois níveis diferenciados: por um lado, um nível supostamente progressista, a partir do qual se denunciam as formas terríveis e temíveis de discriminação e exclusão das escolas especiais; descrevem-se as práticas pedagógicas absurdas – ao menos agora assim consideradas –; menciona-se o direito dos sujeitos deficientes de assistir às aulas nas escolas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

públicas junto com as demais crianças; fala-se da obrigação da escola pública de aceitar, conter e trabalhar com a diversidade, etc. Porém, por outro lado, parece surgir um nível totalitário, através do qual continua reproduzindo-se o contínuo de sujeitos deficientes – sem deixar espaço para uma análise diferenciada dos processos e efeitos de tais práticas para/sobre cada um deles; todo e qualquer argumento crítico – inclusive dos que se originam dentro das comunidades interessadas, de pais, de professores, dos próprios sujeitos deficientes – é rapidamente censurado, considerado politicamente incorreto, interpretado como segregacionista e como estando a favor da formação de guetos, etc.” (SKILAR, 1999, p. 25-26).

Inclusão está muito além da inserção de alunos com deficiência nas escolas regulares, deveria abranger a possibilidade de desenvolvimento e crescimento integral dessas pessoas. No caso da surdez, pode-se alterar as formas de prática docente, os currículos, as avaliações, as possibilidades de sociabilidade dessas crianças, etc., mudanças que ajudassem na construção de sua identidade surda.

### 3.1 Bilinguismo

Os ouvintes utilizam a língua portuguesa em todas as situações, da mesma forma que os surdos deveriam fazer com Libras. Porém, a concepção da educação inclusiva acredita ser suficiente adicionar essa língua aos surdos, ignorando o fato de que há uma relação com uma *cultura, identidade, visão de mundo e constituição de sujeito* (VIEIRA, 2011, p.23) que ocorre mediada por ela.

Atualmente existem garantias legais para que o aluno surdo tenha um professor de Libras, um tradutor e intérprete de Libras-Língua Portuguesa que poderia diminuir essa barreira proporcionando uma educação bilíngue. Na prática, ou a escola não tem intérpretes no seu quadro de profissionais ou os que têm não atendem ao número de alunos com surdez.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

A concepção de sujeito se forma a partir das relações sociais, em diálogo, que alteram a formação de sua consciência e na relação com outras pessoas. Por isso a necessidade das crianças e os jovens surdos terem contato com Libras desde muito novos para que desenvolvam e se apropriem dela, através da relação com diferentes interlocutores da língua de sinais, preferencialmente surdos. Consequentemente, a entrada de Libras no currículo não seria suficiente para inserir um aluno surdo na cultura surda. Pereira, Santos e Mendes ao citarem Glat e Nogueira, declaram:

“vale sempre enfatizar que inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que eles necessitem. Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo as suas necessidades” (Glat; Nogueira, 2002, p. 26).

Para haver a inclusão real, é necessário que essa *reorganização do sistema educacional* traga para dentro do ambiente escolar o que significa para a cultura surda a Libras e a Língua Portuguesa, promovendo o respeito e desenvolvendo o interesse de todos que compõem aquele espaço pela língua de sinais.

### 3.2 Formação de professores

Estudos constatam que professores e gestores não tem conhecimento (ou pouco) sobre a realidade dos surdos. Como demonstra o relato de Souza e Góes (1999),

“(…) frente a um tal quadro, as professoras se sentem desconcertadas, não preparadas e sem amparo para dar conta do desafio hercúleo de lidar, numa classe, com 30 ou 35 crianças marcadas por singularidades. Suas perguntas quase sempre revelam um *não saber o que fazer*. Muitas delas, sem conhecimento elementar sobre a surdez; algumas fazem considerações ingênuas sobre a leitura labial:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

pressupõem que a criança *sabe* naturalmente a língua falada e que, para compreendê-la, o surdo *apenas* precisa ler os lábios (como se a natureza provesse por compensação e por si mesma tal habilidade). Outras acreditam que, se uma fonoaudióloga propiciar um bom treino de leitura orofacial, tudo o mais se resumirá numa decodificação cem por cento perfeita do enunciado oral (como se a língua se reduzisse a um código cujos elementos se combinassem de uma forma uma e transparente à razão)” (VIEIRA, 2011, p. 25).

Os professores ouvintes, como observado, demonstram a existência de estereótipos e preconceitos sobre a aprendizagem dos surdos e não reconhecem a Libras como sua primeira língua. Além disso, alguns professores tendem a reduzir ou simplificar demais os conteúdos escolares quando há crianças surdas em suas salas e mostram não ter domínio das teorias cognitivas e didáticas que são necessárias para a aprendizagem visual dos seus alunos.

Desse modo, o intérprete ganha uma sobrecarga que não deveria ser dele, fazendo o papel de professor, explicando matérias e mais matérias que não são de sua formação, muitas vezes sem nem ter o contato prévio com o plano de aula, sem fazer nenhum tipo de interação entre o professor e o aluno surdo. Isso mostra como a formação do professor é falha nesse quesito, onde se tem em um curso de Pedagogia de universidade federal apenas 60 horas obrigatórias da disciplina de Libras na qual não se aprende metade do que nós ouvintes e, principalmente, professores deveríamos saber.

É importante também ressaltar que o aluno surdo dentro de uma escola de ensino regular não está em contato apenas com seu intérprete, com seus professores e com seus colegas de classe. O aluno surdo está completamente inserido dentro do ambiente escolar, por isso, além dos professores, todos os funcionários da escola devem ser capacitados para se comunicar com aquele aluno.

“Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adiante cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas” (ALVES, 2009, p. 46-47).

A inclusão só acontece quando a escola oferece um ensino de qualidade para seus alunos surdos, quando a escola está disposta a repensar suas práticas e renová-las a partir de novos projetos e utilizando novos recursos/equipamentos para o auxílio na educação dos alunos com surdez. Enquanto isso não for possível, não há inclusão, há uma utopia na qual o universo escolar acredita estar incluindo, mas na verdade está mantendo o aluno surdo marginalizado.

#### **4. Evasão escolar**

Muito tem se discutido sobre a inclusão, mas o debate permanece necessário já que os problemas persistem e ainda há muito a ser feito. A evasão escolar constitui uma temática atual em diversos ambientes e níveis educacionais, relativas às políticas públicas brasileiras e vem recebendo maior atenção e problematização nas últimas décadas. Gusso (1998) aponta que o insucesso escolar está relacionado a fatores sociais, econômicos e culturais, como a pobreza e a exclusão social

À medida que o debate ocorre, torna-se necessário pensar meios para solucionar tal déficit. A educação inclusiva é o discurso de igualdade que prevalece atualmente no mundo inteiro. Contudo, tal fato nem sempre ocorreu. Recorrendo a história como alicerce fundamental para compreender a processualidade da educação do povo surdo, é possível perceber a desvalorização dos indivíduos surdos, com políticas e propostas sempre elaboradas pelos ouvintes sem respeitar suas potencialidades e diferenças.

Posto isso, há evidências anteriores ao fracasso e evasão escolares que infelizmente permanecem até a atualidade. Muitas vezes alocada e camuflada atrás do discurso dominante meritocrático que defende que a exclusão ou inclusão da pessoa é



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

responsabilidade da mesma, já que existe a escola inclusiva que adapta o surdo aos padrões preponderantes na sociedade, no caso argumentado, dos ouvintes.

A marginalização dos sujeitos acontece de forma expressiva no contexto escolar, não apenas pelos discursos camuflados, mas também a falta de preparo e de recursos o que ocasiona a ineficácia dos métodos pedagógicos defendidos pelas instituições. Motivando muitas famílias que já sofrem pressões diversas, devido a diferença não respeitada, a retirar seus parentes das instituições regulares de ensino ditas “inclusivas”.

Como citado anteriormente, o discurso dominante permanece responsabilizando aqueles que não foram bem sucedidos nas práticas escolares, submetendo os principais sujeitos da prática educativa a rótulos que ultrapassam a surdez, como se não fossem capazes de aprender e incapazes, até por muitas vezes não serem pensados na estrutura do currículo escolar sujeitados a uma política genérica que não se adéqua as especificidades do surdo. Permanecem então massacrados e dominados pelas regras impostas em prol de uma falsa democracia que segrega o sujeito surdo.

Nesse universo onde a competitividade e a meritocracia são as ideologias predominantes, os deficientes se encontram entre os excluídos. A produtividade esperada não condiz com o modelo educacional oferecido mesmo com a educação especial e a escola inclusiva, o discurso de igualdade camufla a ideia do diferente, do respeito às variadas culturas, linguagens e expressões. Na circunstância referida no presente texto, o discurso da deficiência camufla a diferença. Sendo muitas vezes pressuposto para insistir no oralismo como a forma correta de inserir o surdo nos contextos sociais, controlando a linguagem própria dos surdos.

Então, o discurso da deficiência é produzido devido aos acontecimentos culturais, históricos e sociais. É corroborado para domesticar e violentar o sujeito que não aprende e nem deve aprender nas condições impostas pela classe dominante. Os



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

ouvintes sempre estabeleceram os parâmetros educacionais, políticos e até mesmo sociais dos surdos. Violentando a livre expressão além do uso dos seus recursos visuais e da LIBRAS como primeira língua. Adaptando o sujeito surdo no mundo, ao invés de incluí-lo de maneira adequada e humana nos variados contextos.

Entendemos por violência, apoiado nos conceitos de Bourdieu, como aniquilação dos direitos e liberdade do indivíduo de forma sutil e dificilmente perceptível, extirpando a autonomia do sujeito, definida por ele como violência simbólica<sup>3</sup>.

A escola como reflexo da sociedade, torna-se precursora das desigualdades. Favorecendo aqueles que se adequam aos padrões, reforçando a estrutura hierárquica e meritocrática. Ratificando a máscara da inclusão. Ponderando sobre o fracasso e evasão escolar é importante frisar o debate e os valores estabelecidos socialmente a fim de compreender e argumentar sobre o papel das instituições de ensino e de seus reguladores nessa exclusão ou inclusão mal elaborada do sujeito surdo no contexto social.

---

<sup>3</sup>Para melhor esclarecimento do leitor, ressalto aqui que o conceito de violência, elaborado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, aborda uma forma de violência exercida pelo corpo sem coação física, em que causa danos morais e psicológicos. É uma forma de coação que se apoia no reconhecimento de uma imposição determinada, seja esta econômica, social ou simbólica. A violência simbólica se funda na fabricação contínua de crenças no processo de socialização, que induzem o indivíduo a se posicionar no espaço social seguindo critérios e padrões do discurso dominante. Devido a esse conhecimento do discurso dominante, a violência simbólica é manifestação desse conhecimento através do reconhecimento da legitimidade desse discurso dominante. Para Bourdieu, a violência simbólica é o meio de exercício do poder simbólico e vai além da dimensão física: ela tem de levar em conta também a possibilidade de as crenças dominantes imporem valores, hábitos e comportamentos sem recorrer necessariamente à agressão física, criando situações onde o indivíduo que sofre a violência simbólica sinte-se inferiorizado como acontece, por exemplo, nas questões de bullying (humilhação constante), raça, gênero, sexualidade, filosofia etc. A violência simbólica está muito presente na educação, a partir do momento em que professores e gestores subescolares tentam impor suas convicções e/ou crenças particulares.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

“A inserção dos sujeitos com as chamadas necessidades especiais no ensino comum é a maneira encontrada para que haja o comprometimento do sistema oficial com a educação de todos, pois nota-se o recuo do Estado em relação às suas obrigações. A idéia de escola para todos começa a ser concretizada com a abertura de suas portas para receber os "excluídos", mas mantém-se as mesmas precárias condições oferecidas aos que já estavam supostamente "incluídos"” (OZELAME, 2003, p. 7).

A escola inclusiva até então debatida é definida como espaço de tolerância da alteridade, promovida como espaço que integra diferentes pessoas no mesmo ambiente de convivência. É ofertada como direito do cidadão, mas pensa-se erroneamente que é o suficiente para favorecer a igualdade de possibilidades de ingresso aos conhecimentos. Aceitam então os diferentes, sem a preocupação de como se dará o processo de aquisição dos saberes, tendo em ideário a normatização de todos. Homogeneizando a pluralidade, ignora os valores já trazidos pelo sujeito como no caso o uso da linguagem de sinais para comunicação, tornando a língua portuguesa a forma prioritária de comunicação, forçando o oralismo. Para Bourdieu, segundo Cunha (1979, p. 84), “a arbitrariedade da cultura resulta do fato de que sua estrutura e suas funções ‘não podem ser deduzidas de nenhum princípio universal’”. Cabe pensar se essa forma de inclusão respeita e integra de fato o surdo na escola, caso não, se a mesma facilita a evasão dos surdos desse ambiente. Muitos profissionais da área corroboram essa prática de inclusão linguística dos surdos, ocasionando o contínuo fracasso escolar dos sujeitos.

“A questão da surdez nos leva a problematizar a normalidade ouvinte e não a alteridade surda, ou seja, nos leva (...) a entender a surdez como a exclusão e um isolamento no mundo do silêncio (...) e em vez de submeter os surdos ao rótulo de deficiente da linguagem, compreendê-lo como parte de uma minoria linguística em vez de afirmar que são deficientes” (SKLIAR, 1999).

Então podemos afirmar que há uma tentativa de adaptação e sobreposição de culturas, a criança não consegue criar laços de correspondência com o adulto e nem com



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

as outras crianças em sua volta. Localiza-se entre dois universos de comunicação ao invés de se apropriar do que é adequado e facilitará sua formação.

Sem a finalidade de responsabilizar o profissional que atua diretamente no espaço é importante relatar as deficiências dos espaços destinados a rede regular de ensino de maneira geral, aumentando a especificidade da situação faltam ainda mais recursos para trabalhar e facilitar esse processo com o aluno surdo, ocasionando muitas vezes a evasão. Quando não acontece a escola torna-se uma espécie de depósito que aprova sem transmitir ou mediar nenhum tipo de conhecimento com a qualidade necessária. É mais que necessário um espaço adequado onde possa haver identificação com a cultura e linguagem, professores especializados, outros alunos surdos para que possa haver interação, em suma um ambiente pensado para e por surdos.

Mais uma vez nos apoiando no conceito de Violência Simbólica, é perceptível as relações de poder, do dominado e dominante, da sujeição a valores implicitamente estabelecidos, mas que tanto interferem na permanência e eficácia das instituições escolares. Desvelando a estrutura a qual estamos impostos, se mascarando sobre a perspectivada igualdade.

Assim, os alunos que não evadem se mantêm excluídos a medida que incluídos na sala de aula normatizadora e inadequada, renunciam seus princípios e sua cultura para se adequar a um espaço despreparado.

“Nesse sentido, a escola democrática é aquela que se prepara para atender cada um de seus alunos. Se ela não tem condições de fazer esse atendimento, o professor precisa entrar em contato com os órgãos competentes e discutir o tema. Como responsável por vários cursos de libras e de intérpretes, entendo que a formação de professores para atender a alunos surdos depende da convivência com a comunidade surda, a aprendizagem da língua de sinais e o estudo de uma pedagogia ampla” (SKLIAR, 1998, p.37).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

A sociedade de maneira geral necessita entender as diferenças culturais e linguísticas do surdo, de maneira que alcance as macroesferas como política e educacional. Rompendo com a ideologia da exclusão que tanto reforça a evasão escolar, sem reproduzir o que está imposto, quebrando o paradigma da deficiência e do discurso vazio sobre igualdade, entendendo que a igualdade está no acesso a instituição e não a permanência na mesma. Mergulhar num vasto espaço de produção científica de conhecimento a fim de aprofundar os debates e discussões no campo da educação. Humanizar as condições nas múltiplas áreas que compreendem a formação do sujeito surdo.

## **5. CONCLUSÃO**

A partir desses fatores analisados, observa-se que o fracasso escolar dos surdos é resultado do fracasso de políticas públicas que não dão suportes necessários aos alunos que são garantidos por leis e nem formam professores habilitados para receber esses alunos em suas salas de aula. Não basta declarar Libras como uma língua nacional, como primeira língua da comunidade surda, e não a incluir no currículo escolar, há a necessidade de criar uma identidade surda.

“A identidade linguística remete a pensar em um direito além do direito enquanto regras sociais, mas em um direito que nasce com o homem, humano, um direito fruto do respeito aos diferentes modos de conceber o mundo e se refletir sobre ele” (GARCIA, 2015, p. 78).

Para diminuir essa evasão dos alunos surdos, o sistema educacional precisaria, primeiramente, entender que não existe uma linguagem desconectada de uma cultura, identidade e visão de mundo. Conseqüentemente, não se pode ministrar uma língua para esses alunos e desconsiderar todo o resto, sem que eles utilizem essa linguagem em todos os espaços escolares, pois podemos perceber que apesar das garantias asseguradas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

por lei, a sociedade como um todo permanece tentando impor o oralismo aos surdos, desvalorizando sua identidade. As leis como a Salamanca e a LDB que deveriam se complementar, criam brechas para que a educação dos surdos não avance significativamente dentro do espaço escolar, mantendo uma qualidade de educação questionável e que não contempla as particularidades e subjetividades dos alunos surdos.

Para além disso, existe a necessidade de uma formação continuada que capacite os professores a lidar com esses alunos surdos. Entendendo que só o intérprete não é suficiente, pois não é habilitado para dar todas as aulas pelo professor – o que acaba acontecendo na maioria das vezes – e que o professor precisa refletir sobre sua prática e alterar toda sua metodologia de ensino para que esses alunos sejam de fato incluídos.

Portanto, há extrema necessidade do aprofundamento das questões relativas aos valores estabelecidos e reproduzidos socialmente, da violência sofrida pela comunidade surda, para problematizar as instituições que regulam tais práticas de exclusão ou inclusão precária que visa homogeneizar uma sociedade que é diversificada em seu cerne. Tornando de suma importância então, o debate sobre o espaço adequado que respeite a especificidade e necessidades do aluno surdo e para além do debate teórico, a ação e prática da inclusão dos surdos na sociedade.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES F. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

GARCIA, Eduardo. Todo pedagogo deve saber o que a lei de LIBRAS diz. In: **O que todo pedagogo precisa saber sobre libras**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.p. 57-83

GUSSO, Divonzir Arthur. Repetência: a cruel enroscada da repetência: a hora de mudar tudo. **Revista Nova Escola**. 10 abr. 1998.

HIDALGO, Kênia Ribeiro da Silva. **Fracasso escolar: uma violência simbólica na perspectiva sociológica de Bourdieu**. Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas, 22.2, 2004.

LISPECTOR, Clarice. **Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192). Acesso em: maio de 2017.

OZELAME, Marizabete. **A inclusão e a exclusão escolar dos surdos na rede regular de ensino**. Passo Fundo: Dissertação de mestrado, 2003.

PEREIRA, Darcilene; SANTOS, Iara; MENDES, Maria de Lourdes. **Inclusão de surdos na rede regular de ensino numa escola em Aracaju/SE**. Encontro





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional 9.1, 2016.

SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Cartilha do censo 2010- Pessoa com deficiência**. Brasília: SDH-SNPD, 2012.

SKLIAR, Carlos. **A invenção e a exclusão da alteridade "Deficiente" a partir dos significados da normalidade**. In: Revista Educação & Realidade. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 24.2, 1999.

SOUZA, R. M., & GÓES, M. C. R. **O ensino para surdos na escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão**. Atualidade da educação bilíngue para surdos, 1, 163-188, 1999.

STROBEL, Karin Lilian. **A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas**. ETD-Educação Temática Digital 7.2, 245-254. 2006.

VIEIRA, CLAUDIA REGINA. **Educação de surdos: problematizando a questão bilíngue no contexto da escola inclusiva**. Diss. Dissertação de Mestrado: Universidade Metodista de Piracicaba–UNIMEP, 2011.